

# Quadro Negro

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXIV - Nº 130 - Maio/2003



CNTE CONTEE



Impresso Especial

04852001DR/BSB/ECT  
SINPRO-DF

CORREIOS

## CAMPANHA SALARIAL DE 2003 NOSSA LUTA NÃO PÁRA

Salário - Democracia - Saúde - União - Moradia



A campanha salarial está em andamento. A pauta de reivindicações foi entregue ao GDF e as negociações não apresentam resultados objetivos. É preciso construir a mobilização e acelerar o processo. Como sabemos que o governo Roriz trata a educação pública com desrespeito e desprezo, sabemos também que somente com muita luta iremos reverter esse quadro.

O governo federal, através do Fundo Constitucional, está destinando cerca de R\$ 3,3 bilhões para o Distrito Federal, um aumento de 15% em relação aos recursos repassados no ano passado.

E o que faz o GDF? Eleva em apenas 8,2% o montante aplicado na Educação. Ao mesmo tempo não investe os 25% obrigatórios na Educação, conforme determina a Constituição. Na maioria das escolas faltam professores, auxiliares de ensino, material didático-pedagógico, material de limpeza e higiene.

O governo Roriz não se interessa e não dá importância ao ensino público. Daí a falta de objetividade nas negociações, a falta de propostas, a enrolação. Não temos dúvida: para fazer valer os nossos direitos e conquistas teremos que pressionar. A hora é de luta.

**II Arraiá do Sinpro**

Dia: 7/6/03  
Hora: 18h  
Local: Chácara do Professor

Barracas  
Comidas Típicas  
Bingo e muito mais

Animação  
**Trio Sinidó**  
Não perca este arrastapé!

ENTRADA FRANCA

Educação brasileira caminha para o colapso!  
Pesquisa CNTE/DIEESE aponta que, a médio prazo, país terá escassez de docentes.

**Página 5**

Fique de olho em seus direitos. Tudo que você precisa saber sobre licença-médica, professores readaptados, aposentadoria.

**Página 9**

**Vem aí o VI Congresso de Educação, de 26 a 29 de junho. Vamos debater as questões educacionais e apresentar propostas para a educação no DF. Páginas 6 e 7**

# A força da união

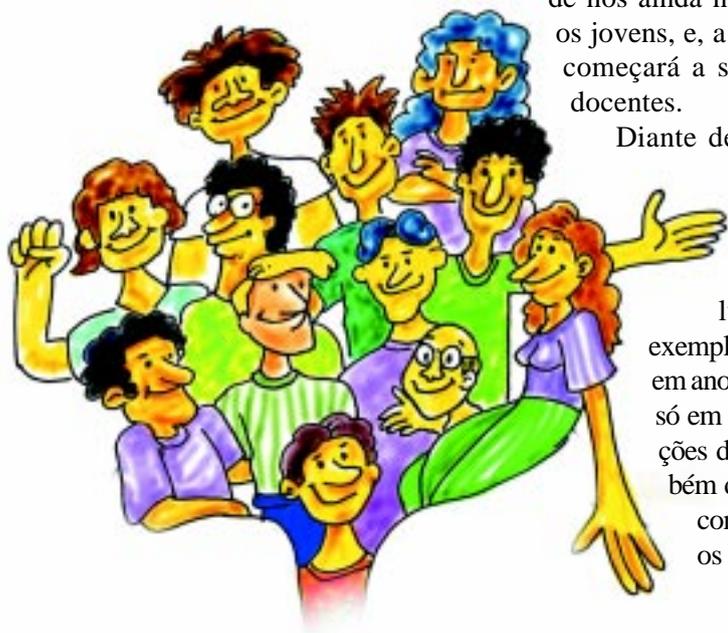
Pode parecer chavão antigo. Mas ao mesmo tempo atual nos dias que vivemos: a união faz a força, revitaliza, anima, alimenta nossa disposição e nos capacita para prosseguirmos a luta em defesa de uma escola pública de qualidade para todos, em que os profissionais da educação trabalhem satisfeitos, respeitados, com remuneração digna para sustentar suas famílias e exercer sua nobre profissão com alegria e amor.

Sabemos muito bem o comportamento desse governo em relação aos professores. Para forçar o GDF a negociar de fato, respeitando os professores e suas reivindicações, é imprescindível que

nos coloquemos para mais uma luta, sob pena de assistirmos indignados a continuação do estado de abandono da escola pública no Distrito Federal. Iremos realizar assembléias cheias, passeatas, carreatas e muita discussão nas escolas, com alunos e pais.

É importante destacar que, este ano, temos mais um ponto a acrescentar em nosso mote de campanha. Embora não seja um dado novo, e que detectamos há longa data, agora está confirmado por pesquisa realizada pela CNTE: a educação brasileira está caminhando para o colapso. De acordo com o levantamento, feito em parceria com o DIEESE, a profissão de educador, sonho de muitos de nós ainda na infância, não atrai os jovens, e, a médio prazo, o País começará a sofrer a escassez de docentes.

Diante desse quadro, que se mostra no mínimo preocupante, é indispensável ratificar nossa disposição de luta e mobilização, a exemplo do que temos feito em anos anteriores, agora não só em defesa das reivindicações da categoria, mas também da educação brasileira como um todo e de todos os trabalhadores.



## Pendências financeiras são erros no pagamento dos salários

Como se não bastassem os baixos salários, o governo há anos comete todo o tipo de erros no pagamento dos professores. Gratificações, acerto de aposentadorias, mudança dos níveis e padrões do Plano de Carreira, reposições de aula por paralisações, etc.

Até parece que não estamos vivendo a era da informatização, da alta

tecnologia que facilita a vida das pessoas. Errar pagamento de salário é inaceitável. Mas continuar devendo esses valores pagos a menos por dois, três ou quatro anos é um crime. E pagar aos poucos, sem informar a que se refere o pagamento, e ainda, sem nenhuma correção, é molecagem.

Pois é dessa forma que o GDF age.

E ainda tem a desfaçatez de ir para a imprensa dizer que está pagando milhões aos professores, impondo ao imaginário público a sensação de que os professores estão recebendo milhões. O governador deveria falar a verdade e não manipular a opinião pública nem tentar jogar a comunidade contra os professores.

## Aumento do Fundo Constitucional possibilita reajuste maior

Com a implantação do Fundo Constitucional do DF, os valores repassados pela União para o pagamento da folha de pessoal das áreas de Saúde, Educação e Segurança aumentaram em cerca de 15%. De acordo com pesquisa feita pelo deputado federal Wasny de Roure (PT-DF), o Distrito Federal, que recebeu R\$ 2,9 bilhões em 2002, irá receber este ano cerca de R\$ 3,3 bilhões. Isso ocorreu porque mudou a forma de cálculo do repasse, que passa a levar em consideração a receita corrente líquida da União.

“Mesmo levando em consideração que há um aumento natural da folha, é possível ao GDF conceder um aumento maior do que o pago pelo governo federal aos seus servidores”, acredita o deputado. Para Wasny, o aumento do repasse é suficiente para implantar o novo plano de carreira dos professores e para conceder reajuste salarial compatível com a elevação dos recursos vindos da área federal.

Além disso, cabe destacar que o GDF tem a obrigação constitucional de investir 25% de sua arrecadação na Educação. Ora, se esse índice for aplicado estarão assegurados os investimentos na melhoria das condições das escolas, do quadro funcional e no novo plano de carreira. Basta vontade política, cumprimento da lei e dos acordos firmados com os professores.

## Investimento do GDF em Educação é menor este ano

A participação da Educação nas despesas do GDF vem oscilando desde 1998, sem alcançar, no entanto, em nenhum desses últimos anos, os 25% previstos na Constituição. Para este ano a previsão é de investimentos de 21,2% do total das despesas. Veja na tabela:

### Participação das despesas da Secretaria de Educação no Orçamento do GDF

1998	23,3%
1999	23,3%
2000	19,9%
2001	22,4%
2002	19,4%
2003	21,2%

Fonte: Relatório e Parecer Prévio sobre as contas do GDF – 2001, SIGGO-SAI e Lei Orçamentária Anual para 2003.

Segundo estudo da deputada distrital Arlete Sampaio (PT), a “composição por grupos de despesas indica que 75% dos gastos da Secretaria de Educação deverão ser com Pessoal e Encargos, 22% com Outras Despesas Correntes e 3% com Investimentos. Em 2001 as despesas com Pessoal atingiram 79,5%”.

A participação do GDF nas Despesas com Pessoal caiu de 2002 para 2003. “Enquanto em 2002 a União respondia por cerca de 38,9% desses recursos, este ano deverá financiar cerca de 78,8%, ficando a cargo do GDF apenas 21,2%.

Ainda assim, os recursos destinados para Pessoal e Encargos sofreram elevação de 8,22% este ano, com acréscimo de R\$ 102,4 milhões. Ora, enquanto o Fundo Constitucional do Governo Federal para o GDF cresceu cerca de 15%, a Secretaria de Educação elevou em apenas 8,22% os recursos para Pessoal. Em suma, aí estão os motivos para o confronto que o GDF vem apostando: não investe 25% do que arrecada em Educação e recebeu cerca de 15% a mais do Fundo Constitucional mas só está repassando cerca de 8,22%. Somente nossa pressão fará com que se modifique essa situação de descaso para com os professores e a Educação do DF.

# Salário - Democracia - Saúde - Moradia e União

## GDF aposta no confronto e não negocia

**B**em que gostaríamos de não repetir, a cada informativo, o mesmo estribilho, mas infelizmente o governo Roriz não nos dá outra opção: o desrespeito à categoria indica que mais uma vez o GDF preferirá o confronto a negociar seriamente com os professores, tanto os pontos não cumpridos do acordo do ano passado - Plano de carreira, pendências financeiras - quanto a pauta de reivindicações da campanha salarial deste ano. Constantes adiamentos e muita indiferença só serão vencidos pela mobilização.

Nossa pauta foi apresentada, mas até agora os encontros para negociação com a Secretaria de Assuntos Sindicais não apresentaram resultados, resumindo-se a momentos de explicações e informações ao atual secretário, Edimar Pireneus, sobre a história de luta, a situação e os problemas da categoria, a pauta de reivindicações e como funciona o processo. Ele chegou a sugerir a criação

de uma “comissão paritária” entre representantes da ex-FEDF e da Comissão de Negociação para debater a nossa pauta. Será que por ingenuidade ou por outro motivo? Enquanto isso, aumentam os problemas nas escolas e o desespero dos professores com a situação salarial.

Fica claro que a postura do governo local é arquitetada pela grande inimiga da Educação no DF, a ex-secretária Eurides Brito, que na verdade ainda ocupa o cargo de fato. Ninguém tem autorização para decidir nada, porque a postura dessa senhora é de total autoritarismo. Basta lembrar a forma vergonhosa como ela tratou a ex-secretária Maria de Fátima Guerra, que ousou ser independente em suas opiniões e não aceitar ser fantoche nas mãos da atual deputada distrital.

Esse quadro exige a intensificação da luta. Atitude aliás que não é desconhecida desta combativa categoria: nossas



*Assembléia Geral dos professores*

conquistas sempre vieram com muita coragem e disposição para enfrentar os que não têm compromisso com a educação pública.

Salário, democracia, saúde e moradia são as nossas bandeiras de luta. E a união o elemento básico que garantirá uma campanha vitoriosa.

## Plano de Carreira é nossa certeza de melhoria salarial

**H**á quatro anos lutamos para reformular o Plano de Carreira. Fizemos paralisações, passeatas, carreatas e greves. Muitas categorias da administração direta e indireta do GDF tiveram seus planos reformulados nos últimos anos, melhorando consideravelmente os salários. Acreditamos que o Plano de Carreira é a nossa melhor perspectiva de melhoria real de salários, neste momento.

Vale lembrar que o principal motivo para o encerramento da greve no ano passado foi a promessa de reestruturação e encaminhamento do novo plano à Câmara Legislativa para aprovação dos parlamentares e sua implantação a partir de primeiro de janeiro de 2003.

No entanto isso não ocorreu. Depois da greve passada, aconteceram 23 reuniões entre a Comissão de Negociação dos professores, específica para discutir o plano, e os representantes da Se-

cretaria de Educação. Apesar do esforço, Roriz e sua turma não respeitaram o acordo que pôs fim à greve de 54 dias. Acordo este assinado pelo próprio GDF, pela Igreja Católica, pelo Ministério Público, Câmara Legislativa e Câmara Federal. Até agora não enviaram o anteprojeto, fruto das discussões, para apreciação e aprovação dos deputados distritais.

Desde o início do ano o Sinpro exige do governo respeito ao acordo e às ne-

gociações, mas até o momento só enrolação. Precisamos intensificar dentro das escolas a discussão sobre essa situação. É inaceitável a continuação desse tratamento desrespeitoso do GDF com os professores.

Precisamos dar um basta nesta situação!

Só a mobilização e disposição para a luta reverterão esse quadro.

Augusta - diretora do Sinpro

## PARTICULARES

## CAMPANHA SALARIAL DE 2003: REAJUSTE SALARIAL JÁ, FIM DAS FAIXAS

A campanha salarial dos professores das escolas particulares está a todo vapor. Tanto os professores do ensino fundamental e médio, quanto do ensino superior, aprovaram as pautas de reivindicações, que foram entregues aos sindicatos patronais e iniciadas as negociações.

### Veja como é explorado o professor das escolas particulares

E a exploração dos professores tende a aumentar face à postura do Sinepe nas negociações, propondo um reajuste que não repõe a perda salarial e a manutenção das faixas de reajuste, o que agrava a situação, posto que cerca de 90% das escolas reajustam o salário em 25% do valor máximo (faixa 4). Vejam quadro ao lado:

Enquanto isso o poder aquisitivo dos professores diminui, já que a cada ano as perdas salariais não são repostas o que promova a diminuição da qualidade de vida.

Atentem para o fato de que a inflação acumulada no período é de 19%. O lucro dos donos das escolas vai aumentar, e o incrível é que nunca há investimentos naquele que é diretamente responsável por este lucro – o professor. É ele que garante as salas cheias de alunos.

O patrão prefere investir em obras construídas em terrenos doados pelo governo, muitas vezes faraônicas, para encher os olhos da comunidade escolar. Isto é casca ... o conteúdo é que importa!

Professor satisfeito, progresso da escola!  
Acorda, chefão!

### Reajuste proposto: 11,72%

Faixa 1	11,72%
Faixa 2	8,29%
Faixa 3	5,86%
Faixa 4	2,43%

### Custo do professor por sala de aula



## APOSENTADOS

## APOSENTADOS: encontros regionalizados são um sucesso

Foram muito proveitosos os encontros regionalizados realizados pela Secretaria dos Aposentados, em março. O debate nas cidades de Brazlândia, Planaltina, Gama, Plano Piloto e Taguatinga facilitou o acesso dos companheiros.

Nesses encontros, além da alegria de rever colegas de trabalho, discutimos a reforma da Previdência, e a importância de estarmos atentos para impedir que retirem nossos direitos.

Tânia Zamberlan, que trabalha na área de formação da CUT-DF, fez uma exposição sobre a importância de os aposentados se inserirem na luta da categoria e no contexto social em que vivem, participando, interagindo com os companheiros da ativa, e ao mesmo tempo se preocupando com o lazer. Ela expôs aos companheiros os dez mandamentos dos aposentados (confira ao lado as dicas).

Em tempo: no VI Congresso de Educação, que será realizado em junho, serão homenageados os professores aposentados ou não que fundaram e ajudaram a construir o Sindicato. Não deixe de participar!

### OS DEZ MANDAMENTOS DOS APOSENTADOS

- I. Mantenha sua agenda sempre organizada. Mesmo que para anotar atividades esportivas, culturais ou encontros com amigos.
- II. Escolha e organize uma atividade constante, que lhe traga prazer e realização.
- III. Divida seu conhecimento profissional através de reuniões, palestras, consultorias.
- IV. Almoce pelo menos uma vez por semana com os amigos.
- V. Mantenha-se atualizado com a vida cultural e política.
- VI. Mantenha atividades de participação social.
- VII. Pratique esportes ou pelo menos caminhe regularmente.
- VIII. Procure um hobby que se adapte a sua personalidade. A atividade manual ajuda a preservar a concentração.
- IX. Mantenha uma atividade manual. Ela preserva a concentração e pode ocupar de forma produtiva e prazerosa parte do tempo livre.
- X. Participe do Sindicato. Você é responsável pela construção dessa entidade e é importante para a luta coletiva que beneficia, além da categoria, a sociedade em geral e traz frutos positivos para possibilitar vida digna para todos.

EDUCAÇÃO

# Pesquisa constata: educação brasileira caminha para o colapso

O Retrato da Escola 3, pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em parceria com o Dieese, mostrou uma situação desalentadora para a educação brasileira. O levantamento constatou que a profissão de educador não atrai os jovens. Segundo a CNTE, a médio prazo, dez anos aproximadamente, o país começará a sofrer com a escassez de docentes, fato que já é visível em várias redes estaduais, especialmente nas áreas técnicas (matemática, química e física), cuja formação encontra em outras atividades da iniciativa privada remuneração superior à oferecida pelo poder público.

Conforme os números levantados nos dez estados onde a pesquisa foi realizada - uma base de 737.170 pessoas, o equivalente a 30% do total nacional de 2,5 milhões - 53,1% dos trabalhadores em educação têm entre 40 e 59 anos, idades bem próximas da aposentadoria. As faixas de 25 a 39 anos e de 18 a 24 anos correspondem, respectivamente, a 38,4% e 2,9%, o que demonstra a progressiva diminuição do ingresso de profissionais.

“Se não houver políticas públicas que melhorem as condições de trabalho e existência dos educadores, a tendência é perdermos cada vez mais profissionais”, ressaltou Juçara Vieira, presidente da CNTE. Segundo ela, baixos salários, péssimas condições de trabalho, duplas jornadas de trabalho, são problemas que não só persistem, como aumentam a cada dia.

A conclusão é: o Brasil está perdendo educadores, professores, em sua maioria, cujo esforço e tempo necessários para qualificação são maiores do que os despendidos para a formação de técnicos e funcionários de escolas.

**Baixos salários** - De fato, pode-se dizer que os baixos salários são uma das principais dificuldades para se atrair os jovens para a carreira. A média dos salários dos trabalhadores em educação situa-se na faixa de R\$ 500 a R\$ 700, muito pouco para assegurar condições de vida dignas para qualquer profissional, especialmente em cujas especificidades da sua atuação exigem **dedicação exclusiva** (a fim de se criar vínculos), **tempo para formação, atualização e aperfeiçoamento** (para que possa acompanhar a evolução técnica e científica), **condições para consumo de bens culturais** (de modo que seja capaz de ampliar sua visão de mundo e socializá-la com os alunos).

Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, revelou que os trabalhadores em educação do Brasil têm um dos piores salários entre 32 países de economia equivalente. De acordo com a CNTE a situação de penúria dos educadores não é um problema de “pobreza da nossa economia”, mas da falta de políticas públicas que insiram a educação como uma prioridade dentro de um projeto nacional global, acima de governos e além de mandatos.

53,1% dos trabalhadores em educação têm entre 40 e 59 anos, idades bem próximas da aposentadoria

A principal consequência dos baixos salários é a queda na qualidade da educação. A atividade docente exige tempo fora de sala de aula para preparação do conteúdo, correção de provas, elaboração de atividades relacionadas ao projeto político-pedagógico, entre outras.

Adicionalmente, é necessário se informar sobre o que acontece no mundo e não apenas na área acadêmica, mas em todos os campos do conhecimento com os quais os alunos possam ter contato. Isso para não falar na vida pessoal e no repouso indispensável a todos. Esse tempo, no entanto, é prejudicado pela necessidade de se realizar trabalhos extras a fim de complementar a renda. Dos entrevistados pelo levantamento da CNTE, 16,5% disseram exercer outro trabalho remunerado.

O trabalho em casa, relacionado à atividade docente, toma por si só, toda uma jornada integral de trabalho, evidenciando a grande sobrecarga dos trabalhadores em educação, submetidos à dupla jornada, mesmo quando têm apenas um emprego, como é o caso da maioria dos entrevistados, e, ainda mais grave, de carga horária semanal de 40 horas.

As condições de existência do educador só não são mais graves graças à estrutura familiar brasileira e ao fato de que a maioria dos profissionais é casada ou vive com companheiros, o que permite, à boa parte da categoria que, é importante lembrar, já se encontra na faixa etária de 40 a 59 anos, ter um imóvel próprio e morar em um bairro central ou próximo ao Centro.

Não foi investigada, porém, se a aquisição da casa própria é recente ou não, o que seria mais um indicador da dificuldade de os novos profissionais adquirirem um imóvel próprio, o que comprovaria a degradação dos salários nos últimos anos.

A questão do tempo tem implicações inesperadas no que diz respeito à qualidade do ensino e ao grau de proficiência dos alunos. A pesquisa Retrato da Escola 2, realizada pela CNTE, em 2001, revelou, por exemplo, que professores que têm tempo suficiente para cultivar o hábito da leitura obtêm melhores rendimentos.

O acesso à atividades culturais, por exemplo, praticamente inexistente no âmbito dos trabalhadores em educação, restando somente a TV como opção de lazer. Quanto à frequência com que o educador vai a teatro ou cinema, surpreende o altíssimo percentual de pessoas que não responderam, apesar de haver a opção “quase nunca”. Uma vez que esta questão também não incluía a opção “nunca”, é lícito supor que a maioria da categoria nunca vai ao teatro ou cinema.

A leitura, no entanto, é um hábito cultivado pela maioria. É considerada indispensável ao trabalho, quase uma obrigação, por isso está em outro nível de atividade, não se comparando com o lazer.

O mesmo não se pode dizer em relação a **atividades físicas** essenciais para a preservação da saúde, especialmente de trabalhadores sob contínuo estresse (turmas superlotadas, excesso de aulas) e cujo trabalho exige condicionamento físico (carga horária puxada com uso intenso da voz, das mãos e excesso de horas em pé). Os reflexos sobre a saúde são previsíveis.

Segundo Juçara Vieira, a intenção da CNTE é usar esses números como ponto de partida para discussão das necessidades dos trabalhadores em educação na medida em que a satisfação dessas demandas sejam parte da formulação de políticas públicas que assegurem ensino público, gratuito e de qualidade para todos, em todas as etapas do aprendizado. A qualidade tem sido, sempre, um dos eixos de reivindicações da CNTE. Mas a busca pela excelência deve basear-se, não apenas em propostas políticas e ideológicas, mas em fundamentos científicos a fim de evitar o dogmatismo, inimigo de qualquer avanço, especialmente na educação.

A média dos salários dos trabalhadores em educação situa-se na faixa de R\$ 500 a R\$ 700, muito pouco para assegurar condições de vida dignas

## DESTAQUES DA PESQUISA

A maioria dos educadores ...

É mulher.

Está entre 25 e 59 anos, com predominância da faixa entre 40 a 59 anos.

É casada ou tem companheiro.

Vive em casa própria, perto do centro da cidade.

Segue uma religião.

É sindicalizada.

É simpatizante de algum partido político, mas não é filiada.

Envolve-se pouco com movimentos sociais.

Tem habilitação adequada ao cargo ou função que exerce.

Trabalha na rede estadual.

Já tem de 12 a 18 anos de serviço.

Trabalha, em média, oito horas semanais em casa.

Dedica de 11 a 20 horas semanais a trabalhos extras.

Ocupa-se sozinha das tarefas domésticas.

Cultiva o hábito da leitura, mas quase não vai ao teatro ou ao cinema.

Não tem computador.

Quando tem, usa para fins profissionais.

O acesso à internet ainda é muito restrito e igualmente limitado a fins profissionais.

# Em F O R M A Ç Ã O

:: Secretarias de Formação, Assuntos Educacionais e Cultura

## VI CONGRESSO DE EDUCAÇÃO

“Educar para a PAZ”

26 a 29 de Junho de 2003

O Sinpro-DF convida os professores a participarem do VI Congresso de Educação, que está programado para os dias 26, 27, 28 e 29 de junho deste ano. A diretoria empenha todos os seus esforços para a realização deste evento, que foi inviabilizado no ano passado por causa da greve e da intransigência da Secretaria de Educação em não liberar os professores. Cabe lembrar que o Congresso terá caráter deliberativo e contemplará as questões educacionais: condições e organização do trabalho escolar, saúde do professor, avaliação, currículo, gestão e financiamento da educação e questão de gênero e raça. Por outro lado, os temas relativos ao cenário político local e nacional e a reforma estatutária do Sinpro também serão abordados.

Portanto, o Congresso será um momento privilegiado de debate, reflexão e construção de propostas alternativas para a educação do DF. Que currículo queremos? Que avaliação nos interessa? Como anda a política de financiamento da escola? Que relação existe entre condições de trabalho com os problemas de saúde da categoria? Como fortalecer nossa entidade sindical? Com certeza, o congresso será um espaço privilegiado para entendermos melhor essas questões e buscarmos soluções.

**Para participar desse importante evento para os rumos da educação é necessário ser filiado ao Sinpro. Fiquem atentos às datas de inscrição dos delegados, dos trabalhos e da apresentação de teses. Os critérios para participação no Congresso são os seguintes: escolas com até 30 professores terão direito a um delegado, de 30 a 60 professores, dois delegados, 60 a 90 professores, três delegados e escolas com mais de 90 professores, quatro delegados.**

O congresso será realizado no Centro de Formação da CNTI, um grande e confortável espaço próximo à Cidade Ocidental. O Sinpro oferecerá ônibus para transporte dos delegados. Mais informações com as Secretarias de Formação, Assuntos Sindicais e Cultura, pelo telefone 321-5678.

## P R O G R A M A

### Dia 26 de Junho QUINTA-FEIRA

18h - Início do Credenciamento

19h - Solenidade de Abertura

**Composição da Mesa:** CNTE/CUT/  
CONTEE/SAE/SINPRO

• **Palestrantes:**

FREI BETTO

EMIR SADER

### Dia 27 de Junho SEXTA-FEIRA

08 às 10h

**Auditório Principal:**

**Tema:** Construção do Plano Distrital de Educação

**Palestrante:** Juçara Vieira – Presidente da CNTE

**Palestrante:** Regina Vinhaes Gracindo – coordenadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação - UnB  
Coordenador de Mesa: **Adilson César** – Diretor do Sinpro

### PLENÁRIA 01

10 às 12h

**Auditório Principal:**

**Tema:** Currículo, Avaliação, Ciclos X Setação

• **Palestrantes:** **Najla Veloso** – pedagoga, mestra em educação na área de currículos e programas; doutoranda em Sociologia da Educação - UnB.

**Ivanildo Amaro** – mestre em educação e doutorando em Educação - UNICAMP.  
Coordenadora de mesa: **Cláudia Amaral** – Diretora do Sinpro

### 12h às 14h – Almoço Cultural

**Salas de Estudo - 14h às 17h**

**GT. 1.1 - Debatedor:** **Mario Bispo** – prof. da SEEDF, mestre em Sociologia – UnB.

**GT. 1.2 - Debatedor:** **Carlos Mota** –

prof. da SEEDF, mestrando pela Faculdade de Educação - UnB

**GT. 1.3 - Debatedora:** **Aricélia Ribeiro do Nascimento** – mestranda pela FE/UnB.

### PLENÁRIA 02

10h às 12h

**Tema:** Gestão da Educação e Financiamento da Educação

• **Palestrantes:**

**Marília Fonseca** – pesquisadora associada sênior da FE-UNB

**Luiz Fernando Dourado** - prof. titular da FE-UFG, doutor em Educação - UFRJ, e coordenador do núcleo de estudos e documentação, educação, sociedade e cultura.

Coordenadora de Mesa: **Maria Bernadete Diniz** – diretora do Sinpro

### 12h às 14h – Almoço Cultural

**Salas de estudo - 14h às 17h30**

**GT. 2.1 - Debatedor:** **Francisco José da Silva** – prof. SEEDF e mestrando pela FE/UnB

**GT. 2.2 - Debatedor:** **Carlos Medeiros** – prof. SEEDF e mestre em Educação - UnB.

**GT. 2.3 - Debatedora:** **Olgamir Amâncio Paiva** – prof. SEEDF e mestra em Educação pela UnB.

### PLENÁRIA 03

10h às 12h

**Tema:** Condições de Trabalho e Saúde do Trabalhador

• **Palestrantes:**

**Ana Magnólia** - prof. doutora do departamento de Psicologia Social e do Trabalho da UnB.

**Chico Alencar** – prof. titular - UFRJ e deputado federal pelo PT/RJ

Coordenadora de mesa: **Valesca Rodrigues Leão** – diretora do Sinpro

### 12h às 14h - Almoço cultural

**Salas de estudo - 14h às 17h30**

# A Ç Ã O Trabalho: prazer ou sofrimento?

**GT. 3.1** – Debatedora: **Maria Aparecida** - prof. da SEEDF e mestre em Educação - FE-UNB.

**GT. 3.2** – Debatedor: **Gilmar Ribeiro** – prof. da SEEDF e mestre em Educação - UERJ

**GT. 3.3** – Debatedora: **Soraia Toledo** - médica do trabalho

**Sistematização - 18h30 às 20h30:**

**Auditório 1** - políticas de inclusão:

sexo gênero e raça

**debatedor:** a confirmar

**Auditório 2** - educação de jovens e

adultos e ensino especial

**debatedor** a confirmar

**21h – Sarau Cultural**

**Dia 28 de junho**  
**SÁBADO**

**8h às 10h**

**Tema:** A Educação e as Mudanças no Mundo do Trabalho

• **Palestrantes:**

**Gaudêncio Frigotto** – prof. Doutor da UFFRJ

**Madalena Guasco Peixoto** – prof. Doutora da PUC- São Paulo .

**Coordenador de mesa: Robson Salazar** – Diretor do Sinpro

**12h às 14h – Almoço Cultural**

**PLENÁRIA GERAL**

14h às 17h

**Tema:** Reforma Estatutária/Perspectivas de Unificação do Sinpro e do SAE  
**Coordenador de mesa: Rodrigo Pereira** – Diretor do Sinpro

**20h – Churrasco Dançante**

**Dia 29 de Junho**  
**DOMINGO**

**Horário:** 09h às 14h

**PLENÁRIA FINAL**

**Ana Magnólia Mendes (1)**

**Mário César Ferreira**

“Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor.” Essa afirmação de um trabalhador, registrada em um contexto de pesquisa, é bastante representativa das vivências psíquicas em que o trabalho assalariado parece ter se transformado ao longo dos anos. Esse “depoimento-pista” autoriza supor que embaixo desse iceberg há muito gelo. E esse “gelo” vai tornando-se visível no processo de análise do trabalho, na medida em que os trabalhadores encontram um espaço de fala para narrar suas vivências em termos de significações pessoais do trabalho.

A mercantilice do trabalho humano, que o transforma em objeto de compra e venda, impôs uma tensão permanente entre as vivências de prazer e sofrimento do trabalho, tendendo a encapsular a primeira em favor da segunda. Nesse sentido, a invenção histórica do trabalho assalariado no final do século XIX produz um sério prejuízo ao caráter ontológico da atividade de trabalho como veículo de hominização, reduzindo sua função como fonte de prazer dos indivíduos.

No contexto da concorrência globalizada – manifestação do estágio avançado do desenvolvimento capitalista – o prazer em trabalhar encontra pouco espaço de expressão. Os estudos no campo da inter-relação psiquismo e trabalho mostram que a vivência de prazer é percebida pelo sujeito quando este sente-se útil, produtivo, reconhecido e valorizado pelo que faz. Do mesmo modo, a vivência de prazer se materializa quando o sujeito constata que é admirado pelos pares e pela hierarquia e que o seu trabalho possibilita-lhe deixar sua “grife pessoal”. Nesse contexto, ele sabe que a sua atividade é significativa para a instituição onde trabalha e também para a sociedade.

Mas, a julgar pela conjuntura atual do modo de funcionamento de muitas organizações, a possibilidade de prazer no trabalho tem sido uma vivência escassa em função de concepção de valores e práticas institucionais que sustentam-se exclusivamente nos paradigmas da eficiência, produtividade e rentabilidade. Essa mentalidade tecnoprodutivista dominante tem vocação para miopia e não consegue enxergar três condições fundamentais que vêm sendo apontadas pela literatura da área como requisitos fundamentais para constituir-se um cenário favorável para as vivências predominantes de prazer no trabalho. Que

condições são essas?

Trata-se, a rigor, de princípios que devem nortear o funcionamento das organizações que, se adequadamente operacionalizados, podem ser facilitadores das vivências de prazer no trabalho: **flexibilidade organizacional, cooperação e solidariedade nas relações socioprofissionais, expressão da subjetividade.** Tais princípios têm um caráter interdependente. Agindo de modo combinado, eles podem alterar positivamente as condições e relações de trabalho no **setting organizacional.**

O princípio da flexibilidade organizacional opera uma valorização da autonomia dos trabalhadores no processo de trabalho e no uso de meios disponibilizados para execução das tarefas. É o investimento na construção de competências singulares para responder às exigências sociotécnicas das tarefas, mas, sobretudo, um modo de garantir a saúde e o bem-estar no contexto do trabalho. A aplicabilidade de tal princípio é inseparável das mudanças na cultura organizacional de feição neo-taylorista que restringe a margem da manobra das estratégias operatórias dos trabalhadores, “engessando” os seus modos operandi com base no princípio *the best way*. A flexibilidade é, portanto, um requisito organizacional para a livre construção e a expressão do *savoir-faire* dos trabalhadores.

O princípio da cooperação e solidariedade traduz a possibilidade criada pela organização para que os trabalhadores estruturarem relações sócio-profissionais no trabalho que engendrem vivências de crescimento pessoal, de respeito às regras coletivas e de afetividade. A operacionalização desse princípio no contexto organizacional implica em buscar uma sociabilidade construtivista, calcada em fundamentos éticos que devem ser assumidos por todos os integrantes da organização. De novo, os valores culturais que habitam a organização estão em jogo e é, portanto, necessário reformulá-los com base nesse princípio.

Finalmente, o princípio da expressão da subjetividade indica a possibilidade real de que o trabalhador exerça no seu trabalho o papel de protagonista das mudanças nas condições e relações de trabalho. A expressão da subjetividade – que articula pensar, sentir, agir – coloca a possibilidade de transformações da realidade organizacional que pode estar, e frequentemente está, na origem das vivências de sofrimento. É a liberdade e a autonomia necessárias para que cada pessoa possa expressar suas opiniões sobre o

funcionamento da organização e propor medidas singulares para equacionar problemas e superar dificuldades.

Transformar a realidade organizacional produtora de sofrimento, construindo um cenário socioprofissional facilitador e promotor das vivências de prazer no trabalho, não é uma tarefa simples. A consecução de tal objetivo requer ações em todas as esferas da atividade humana – física, psicológica, social – dentro de uma perspectiva multidisciplinar que integre todos os setores organizados, sobretudo as áreas de saúde, gestão de pessoal e sindicatos.

Trabalhando em interface, as nossas pesquisas sobre condições de trabalho e condições de saúde utilizam abordagem da psicodinâmica e da ergonomia da atividade para construir uma análise do trabalho que engloba: levantamento epidemiológico dos fatores patogênicos; mapeamento das representações que os trabalhadores fazem das atividades de trabalho, da cultura organizacional e dos modos de gestão; análise da carga de trabalho, do suporte material e instrumental disponibilizados para a execução das tarefas; levantamento das condições físico-ambientais existentes. Esses procedimentos permitem consolidar um cenário explicativo das causas do sofrimento no trabalho, possibilitando identificar os fatores críticos e indicar ações preventivas e corretivas.

Assim, uma série de disfuncionamentos que ocorrem no mundo das organizações – erros, re-trabalho, doenças profissionais como DORT e depressão, absenteísmo crônico, perda de materiais, panes, queixas, reclamações etc. – constitui uma “porta de entrada” para o diagnóstico interdisciplinar do sofrimento no trabalho. Assim, a narrativa do tipo “ só de pensar em trabalhar já fico de mau humor” tem um valor simbólico importante, remetendo o pesquisador para a construção de hipóteses e questões úteis para o processo de investigação sobre as bases do sofrimento.

É nessa perspectiva que nossas pesquisas têm sido realizadas, apontando para as condições de trabalho como forte preditor de prazer-sofrimento, que por sua vez são determinantes do processo saúde-doença, sendo a permanência da vivência de sofrimento um sinal de alerta, que aponta para a necessidade de mudanças nas condições de trabalho, as quais põem em risco a saúde de diversas categorias profissionais.

**(1) A professora Ana Magnólia Mendes estará no Congresso de Educação debatendo o tema “A saúde do trabalhador”.**

FALA PROFESSOR

# A possibilidade da Paz em tempos de globalização

É possível a Paz em tempos de globalização econômica e política? Ou se quisermos, é possível uma globalização que promova a Paz mundial? Esta questão em sua complexidade pode ser respondida de diversas maneiras, seja encaminhando o problema na direção da guerra e do acirramento dos conflitos ou associando a globalização à formação de uma sociedade mundial capaz de organizar as condições de possibilidade da Paz.

A globalização, enquanto processo de transnacionalização da economia, integração de mercados e desenvolvimento de cadeias produtivas internacionais, é orientada por uma lógica predatória, que aprofunda a desigualdade entre países ricos (desenvolvidos/industrializados) e países pobres (emergentes e sem economia consolidada). A globalização na condição de Ideologia do Capitalismo avançado não se reveste de um significado social, isto é, o mercado global enquanto tal jamais será fator de organização da sociedade.

Dessa maneira, os interesses do capital globalizado e dos países ricos movem a política internacional, com ênfase nos instrumentos de força, seja do ponto de vista bélico ou da exclusão parcial ou total de países

e comunidades das “benesses” do livre intercâmbio do comércio internacional (embargo econômico). Ou seja, a globalização traduz a nova ordem econômica mundial, que desenvolve mecanismos político-sociais de proteção e fortalecimento dos mercados constituídos pelos países industrializados e tecnologicamente avançados, em detrimento muitas vezes dos países pobres ou em desenvolvimento.

Tal unilateralismo vigente nas relações internacionais coloca em crise as instituições multilaterais (a ONU, por exemplo), que surgiram no contexto posterior à Segunda guerra mundial e cujo papel central seria exatamente a regulamentação e a busca por equilíbrio nas relações políticas, sociais e econômicas, entre povos e nações. Um exemplo típico desse processo de decisões unilaterais em matéria de política internacional foi o ataque anglo-americano ao Iraque. É impossível não reconhecer os fundamentos políticos do imperialismo, colonialismo e anexação de território no cenário do Iraque ocupado por forças anglo-americanas.

Por outro lado, a globalização assume uma face perversa quando elabora políticas de desenvolvimento econômico global sem considerar os princípios da pluriethnicidade

no interior de um mesmo país, o multiculturalismo no contexto das crenças e valores culturais locais, a necessidade de um multilateralismo em matéria de política internacional e uma perspectiva multifocal para a economia e suas realidades regionais. A globalização que age de forma predatória, isto é, que transforma o domínio social e cultural em simples contextos de mercado, circuitos de expansão da cultura de consumo, conspira contra a paz entre povos, populações, etnias, países, indivíduos e grupos sociais.

Somente é possível compreender as condições de possibilidade da paz em nível mundial, considerando a sua realidade enquanto processo organizado não por forças econômicas, mas pela formação da sociedade mundial. É no contexto de uma sociedade em vias de mundialização, simultaneamente multicultural, pluralista, universalista, democrática, convivendo com uma sociodiversidade quase infinita, que se torna possível pensar, sentir, propor, planejar e agir em sintonia com a paz.

A paz em tempos de globalização pode sair da performance discursiva da mídia (escassa até mesmo neste plano em tempos de guerra...), desde que seja concebida dentro das condições de possibilidade da sociedade

de contemporânea. O processo da paz é um fenômeno humano de alta complexidade, que envolve fatores culturais, econômicos, políticos, sociais, morais e espirituais.

A paz é uma vivência interna, espiritual, subjetiva, que se manifesta socialmente, que é organizada coletivamente segundo parâmetros de justiça social, valorização das diferenças, desenvolvimento do espírito de solidariedade, cooperação, fraternidade e comunitarismo. É impossível a conquista da paz social, mantendo-se processos de exclusão e marginalização de pessoas, grupos ou coletividades.

A paz somente é possível no contexto social onde os frutos das conquistas econômicas, sociais e tecnológicas são acessíveis a todos. Neste enfoque, a paz é o resultado de uma ação-experiência, simultaneamente individual e coletiva, porém umbilicalmente ligada a valores de condição universal: solidariedade e comunitarismo, pacificação emocional e espiritualidade, justiça social e valorização da pluralidade e das diferenças.

Mundialização solidária, talvez seja este um caminho que assegure paz social.

*Denizard de Souza - prof. SEEDF*

## Diálogo: Eu Comigo

Tá frio!  
Tá quente!  
Tô triste  
Da alegria que sentes.

Era do chicotinho queimado  
Que falavas?  
Ou de alguma sandice  
Enquanto vagavas?

Sei que não entendestes  
O verso anterior,  
Porém, continue me ouvindo,  
Entenderás, oooh!

Faça-me alegre,  
Faça-me gente  
A convencer-me  
Da alegria que sentes

Tô cansado!  
Desiludido!  
Pois danificaram  
O brinquedo amigo

Que brinquedo é este  
De que tanto falas  
Que destrambelhou  
A tua fala?

O brinquedo original  
Bem de cada um  
Que se vacilar  
O outro lhe faz bum!!!

Metamorphose ambulante  
Que desafia o tempo e o espaço  
Capaz de num segundo,  
Colocar tudo em compasso

Ou  
Provocar um estardalhaço  
Transformar-te em astro  
Depois em rastro  
Por fim em lastro

Que me deixa louco, tosco, rouco...  
Sem voz para gritar!  
Que é da NAVE MENTAL,  
Que tô a falar!  
É do PROFESSOR  
Que querem exterminar!

Ele, o único competente  
Capaz de manter a mente,  
Esse brinquedo atraente,  
Sob o controle da gente!

Portanto,  
Tu me substituirás  
Pois, com o furor que tens  
E o saber que acabas de  
angariar  
Iniciarás com vantagens  
E a humanidade agradecerá

Ué! Mais eu sou você!

Claro!!!  
Por isso, vou tocando em  
frente  
Com a memória em escassez  
Brincando com as palavras  
Entre a loucura e a lucidez

Se não entendestes, leia outra  
vez.  
Continua difícil? Leia três, seis,  
dezesseis...  
Mas por favor, entendas!  
O planeta carece da tua  
sensatez.

SALVE O PROFESSOR!

**Chico do Gama -  
diretor do Sinpro**

## OPORTUNIDADE CURSOS DE INFORMÁTICA

A Escola de Formação de Trabalhadores em Informática – EFTI, em parceria com o SINPRO/DF, está apresentando a você, professor, uma oportunidade ímpar. A partir de hoje, os filiados ao SINPRO, bem como seus dependentes, terão descontos especiais em vários dos cursos ministrados pela EFTI. O filiado ou seus dependentes poderão escolher entre os cursos de Operador de Micro, Linux, Java, Web Designer, Manutenção de Micro ou Corel Draw.

As novas turmas iniciarão suas aulas já a partir do próximo dia 19 de maio.

Mas não é só isso. O curso de Operador de Micro apresentará um diferencial, preparado especialmente para os filiados ao SINPRO/DF. Visando a um melhor aproveitamento do aluno, o curso terá horário flexível, ou seja, o aluno poderá fazer o curso no horário que melhor lhe convier durante a semana. Isso significa que ele poderá assistir a uma aula na parte da manhã de segunda-feira e outra no período da tarde da terça-feira, como ele preferir.

Entre agora mesmo em contato com a EFTI, informe que é filiado ao SINPRO/DF e aproveite todas as facilidades que estão sendo postas à sua disposição.

Ligue para 468-6006, ou acesse nosso site [www.efti.com.br](http://www.efti.com.br)



## De Olho em Seus Direitos

### LICENÇAS: MÉDICA, GESTANTE E PRÊMIO

Como ficam as gratificações quando o professor está de licença médica, licença-gestante ou licença-prêmio? Não há qualquer alteração na remuneração do professor em relação ao período em que esteja em gozo de licença médica, licença-gestante ou licença-prêmio. Tais períodos são considerados de efetivo exercício; por esta razão, o professor faz jus a perceber todas as gratificações como se estivesse trabalhando.

Com relação ao **auxílio-transporte**, seja ele pago em dinheiro ou em bilhete, tal parcela está relacionada ao deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa. Desta forma, o professor em gozo de licença médica, licença-gestante ou licença-prêmio, não tem direito de receber o auxílio-transporte durante tais períodos.

Vale lembrar que o SINPRO negociou com o governo que o professor daqui para frente terá direito de opção por receber o auxílio-transporte em dinheiro ou em bilhete.

Já quanto ao auxílio-alimentação, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento consolidado de que, em face da sua natureza salarial, deve ser pago ao servidor em gozo das referidas licenças. Basta que o dia seja contado como de efetivo exercício, independente da duração da licença, para que o servidor tenha direito de receber o auxílio alimentação, independente de ser pago em dinheiro ou em bilhete.

As **gratificações** percebidas pelo professor e o **auxílio-alimentação** têm os seus respectivos valores calculados para efeito de imposto de renda. Já o **auxílio-transporte**, não.

### PROFESSORES READAPTADOS

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do instituto da readaptação. É importante que se esclareça, entretanto, que a readaptação implica na mudança de cargo do servidor, para um cargo de menor complexidade, compatível com sua capacidade laborativa. No caso dos professores da Rede Pública de Ensino, nunca se aplicou efetivamente o instituto da readaptação, pois mesmo no caso de restrição da capacidade laborativa, que na maioria das vezes impõe o afastamento da sala de aula, os professores continuam enquadrados no cargo de professor. Somente se fossem rebaixados para a categoria de auxiliares de administração de ensino estaria havendo uma readaptação, no sentido jurídico da palavra, o que foi efetivamente declarado inconstitucional pelo STF.

Quando aos efeitos remuneratórios do professor que apresente algum tipo de restrição de sua capacidade laborativa, que incorretamente é denominado como readaptado, a princípio, sua remuneração deve continuar sendo a mesma. O professor, nesta circunstância, somente poderá deixar de perceber as gratificações que estão diretamente relacionadas ao local de trabalho, como por exemplo, o professor que trabalha em laboratório e percebe adicional de periculosidade, se é afastado por questão de saúde daquele local, deixa de receber o respectivo adicional.

Têm ocorrido casos em que o profes-

sor denominado incorretamente de readaptado tem encontrado resistência para se inscrever para o curso "PIE". Os professores nesta situação devem procurar o Sindicato o mais rápido possível para que seja impetrado mandado de segurança na justiça. Não há base jurídica para tal tipo de discriminação, mesmo porque muitas restrições laborativas têm cura e desaparecem com o tempo, não podendo o professor ser impedido de dar continuidade à sua formação profissional.

### APOSENTADORIA

Os professores portadores de restrições laborativas, denominados incorretamente de readaptados, têm direito à aposentadoria especial de 30 anos, se homem, e 25, se mulher, além, hoje, da exigência do limite de idade. Não obstante o fato do Tribunal de Contas do Distrito Federal ter baixado uma súmula dizendo que o afastamento do professor da sala de aula implica na perda do direito à aposentadoria especial, o Sindicato dos Professores já conseguiu várias vitórias na justiça, tanto em favor dos chamados readaptados quanto em outros casos cuja saída da sala de aula se dá por motivo alheio à vontade do professor, como, por exemplo, a convocação para trabalhar junto à Justiça Eleitoral.

Podemos dizer, de maneira geral, da ampla defensabilidade da manutenção do direito à aposentadoria especial dos professores afastados da sala de aula por motivos alheios à sua vontade. Contudo, o Sindicato tem também defendido o direito à aposentadoria especial em relação

aos professores que são afastados para ocupar funções técnico-pedagógico-administrativas. A jurisprudência ainda não está consolidada sobre o assunto, mas o Tribunal de Justiça do Distrito Federal voltou a acolher a tese após uma decisão proferida pelo Ministro Marco Aurélio no STF, assegurando o direito a aposentadoria especial para o diretor de escola, ocupante de função técnico-pedagógico-administrativa.

Quando aos proventos de aposentadoria, não há dúvida de que o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação não se incorporam aos proventos de aposentadoria. Quanto ao auxílio-alimentação, o STF chegou a reconhecer a sua incorporação na aposentadoria, em razão da sua natureza salarial, em alguns acórdãos proferidos pelo Ministro Marco Aurélio. Mas posteriormente a jurisprudência mudou e o atual presidente do STF passou a ficar vencido em relação a esta matéria.

Quando à incorporação das gratificações aos proventos de aposentadoria, elas devem ser analisadas caso a caso. Por exemplo, as gratificações decorrentes do exercício de funções ou cargos comissionados, não mais se incorporam para efeito de aposentadoria. Já a gratificação de regência, chamada de pó-de-giz, é incorporada à aposentadoria se o professor tiver percebido a mesma nos dezoito meses que precederem a aposentadoria.

**Ulisses Borges de Resende**  
Advogado do SINPRO

## Permutas

### Valdemir Moura

**Disciplina:** Geografia  
CEM 304 de Samambaia  
**Permuta para:** Ceilândia  
**Contato:** 351 4279 - 9961 4777

### José Valentim V Cordeiro

**Disciplina:** História  
CE Cerâmica São Paulo/São Sebastião  
**Permuta para:** Plano Piloto  
**Contato:** 244 2392

### Meire Martins

**Disciplina:** Inglês - noturno  
CE 01 - Cruzeiro Velho  
**Permuta para:** Asa Sul  
**Contato:** 3039 7908

### Eliana Soares Cardoso

**Disciplina:** Atividades  
Caic Helena Reis - Samambaia  
**Permuta:** Quer mudar somente de escola, não de regional  
**Contato:** 358 2854 - 9635 3895

### Maria Lucia de Almeida

**Disciplina:** Língua Portuguesa - Vesp - Not  
CEM 02 de Planaltina  
**Permuta para:** Cruzeiro - NB - Guará  
**Contato:** 389 2051 - 9972 3144

### Lilian Golschmitt

**Disciplina:** Ciências - Biologia  
CEF 02 do Gama  
**Permuta para:** Plano Piloto  
**Contato:** 345 0209

### Marcos G Figueira

**Disciplina:** Matemática  
Guará  
**Permuta para:** Taguatinga - noturno  
**Contato:** mgofigueira@hotmail.com

### Íris Alecrim Souza

**Disciplina:** Atividades  
EC 415 Norte  
**Permuta para:** Asa Sul ou Taguatinga  
**Contato:** 352 9277

## NACIONAL

# Aumento de R\$ 100 bi da arrecadação tributária no período FHC é suficiente para pagar a Previdência

**Cerca de R\$ 80 bilhões foram utilizados apenas para pagar a dívida pública**

O Unafisco Sindical acredita que a reforma tributária é fundamental para equilibrar as finanças públicas, já que o sistema tributário vigente é concentrador de renda e riqueza, desorganizando a economia e direcionando a maior carga de impostos para o consumo e para o trabalho. A análise é da vice-presidente do Unafisco Sindical, Fátima Gondim Farias, em evento organizado pela deputada distrital Erika Kokay, (PT-DF).

Segundo Fátima Gondim, “priorizar a reforma da Previdência é consolidar o fato de que o financiamento do Estado (via orçamento fiscal) e da Seguridade Social seja arcado com o sacrifício maior dos assalariados e consumidores de baixa renda”.

Para a vice-presidente do Unafisco Sindical, nos últimos oito anos foi feita uma reforma tributária “na surdina”. Ela cita que de 1994 a 2002 a carga tributária brasileira cresceu seis pontos percentuais, enquanto no Canadá, México e Estados Unidos, por exemplo, o crescimento médio foi de 2,4 pontos em 30 anos.

O crescimento dos tributos nos últimos anos sobre o consumo foram, de 24%, que atinge toda a população independente da renda; sobre a renda, de 44%, que atingiu particularmente os rendimentos do trabalho retidos na fonte (16%) e parte sobre a renda das pessoas jurídicas, cujo aumento foi de 8%; e sobre o patrimônio, com elevação de apenas 3%.

“No Brasil, quase 70% da arrecadação provém de tributos sobre o consumo, o que significa que dois terços do financiamento do Estado estão se dando de forma igual sobre os desiguais”. Tampouco, continua Fátima Gondim, tem sido observado o princípio da isonomia entre os diversos tipos de renda, pois a renda oriunda do capital tem tributação menor que a proveniente do trabalho. Em 1997,

no pacote fiscal chamado *Pacote 51*, o governo federal, para garantir o ajuste fiscal acordado com o FMI, aumentou significativamente as alíquotas do Cofins (de 2% para 3%, aumento de 50%) e do imposto de renda pessoa física da classe média (de 25% para 27,5%, aumento de 10%). Vale ressaltar que em 1996 foi extinta a alíquota de 35% sobre os maiores rendimentos “com o surrado argumento de que nessa faixa só existiam 12 mil contribuintes”.

Portanto, afirma a vice-presidente do Unafisco Sindical, “foram acrescidos substancialmente os tributos criados para o financiamento da Seguridade Social, cuja ampliação tributária se deu às custas do sacrifício maior do consumidor de baixa renda, pois esse consome integralmente seus rendimentos. É sempre bom lembrar que quem efetivamente assume

o ônus desses tributos não são as empresas, mas os consumidores, pois o valor do tributo é repassado para o preço”.

Por outro lado, lembra Fátima Gondim, “o grande capital foi desonerado ao longo dos últimos anos através de legislação que favoreceu a renda do capital ao criar um mecanismo único no mundo, que é a possibilidade de remunerar com juros o capital próprio das empresas, reduzindo-lhes o Imposto de Renda e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido. Também ocorreu a isenção do imposto de renda na fonte sobre os lucros e dividendos distribuídos e a não tributação das remessas de lucro para o exterior. Estima-se que em 2002 (ano-base de 1999) o Estado abriu mão de uma receita tributária de R\$ 10 bilhões somente com essas renúncias.

## Renúncias fiscais às rendas do Capital Estimativa para 2002

Descrição	Perda em R\$ bilhões
Dedução de juros sobre o capital próprio	3,6
Isenção de lucros ou dividendos	4,2
Não tributação das remessas de lucros e dividendos para o exterior	2,2
Total	10,0

Fonte: DIPJ 2000, Boletim do Banco Central  
Elaboração: Assessoria Econômica do Unafisco Sindical

*Enquanto isso, os salários pagaram cada vez mais caro, diz o Unafisco. “Enquanto a massa salarial decrescia no país, a arrecadação obtida dessa massa salarial crescia. Isso é o que chamamos de ‘expropriação confiscatória’. Através do confisco dos salários foi arrecadado do trabalhador cerca de R\$ 16,2 bilhões entre 1996 e 2002”.*

*Diante de tudo isso, fica a constatação, finaliza Fátima Gondim, que “dos R\$ 100 bilhões que foram acrescidos na arrecadação de 1995 a 2001, cerca de R\$ 80 bilhões foram utilizados para pagar juros da dívida pública”.*



## Movimento dos Trabalhadores em Educação sem Moradia Própria

O Movimento dos Trabalhadores em Educação Sem Moradia Própria (MTESMP), entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo resolver o problema de moradia dos trabalhadores em educação, vem recebendo apoios de extrema importância para alcançar seus objetivos.

O coordenador do movimento, professor Cláudio de Souza Alves, foi recebido em audiência pelo ministro das Cidades, Olívio Dutra. Na ocasião, Cláudio entregou a Olívio Dutra uma carta onde expõe as reivindicações dos membros do MTESMP. O ministro disse que o movimento poderá desde já contar com o apoio do governo federal.

Diante desse apoio, o MTESMP convoca os companheiros sem moradia própria para a segunda reunião do movimento, a ser realizada **no próximo dia 24 de maio (sábado), às 9h, na subseção do SINPRO em Taguatinga.**

Compareça! Temos boas notícias. Mais informações com Cláudio, pelo telefone 9556-6805.

SAÚDE

# Doenças provocadas pelo exercício da profissão: incapacitação que chega de mansinho

No início foi uma dor no punho, a qual ela não deu muita atenção. Com tantos afazeres, tanto trabalho, Marcília de Moraes Dalosto, 37 anos, viu a dor se espalhar pelo braço, pelo cotovelo, atingindo o pescoço. O diagnóstico: primeiro tenossinovite, depois LER (Lesão por Esforço Repetitivo), por fim fibromialgia. Fazia sentido, professora do ensino especial, Marcília usava muito as mãos para se comunicar através da Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) com os alunos deficientes auditivos.

Resultado: impossibilitada de trabalhar, está afastada há quase um ano da sala de aula. Educadora desde 1989, teme principalmente a possibilidade de ser afastada para uma biblioteca. Nada contra a convivência com os livros, mas da forma como esse expediente é usado se sentirá como um jogador que abandona o jogo no meio do campeonato. Mas que fazer? Qualquer movimento é penoso, não pode sequer manter a ca-

beça baixa por muito tempo.

Desde julho do ano passado, Maria

de Lourdes Rosa, 45 anos, vive o drama do afastamento. Cansaço no falar, rou-

## SINPRO CRIA ESPAÇO PARA DISCUSSÃO

A criação de um espaço onde os professores pudessem discutir seus problemas e propor alternativas que melhorem a condição de trabalho e a qualidade de vida foi a motivação para a constituição de fórum que está sendo construído com a categoria. Estamos discutindo com os companheiros a formação do Coletivo de Saúde. O Sinpro realizou três reuniões com debates acalorados. Uma unanimidade: a necessidade urgente de reformular o atendimento dos SAMOS. Algumas sugestões foram apresentadas, entre elas a realização de uma audiência pública para discutir a questão, a constituição de uma comissão paritária para discutir a saúde do professor e a continuidade das reuniões do coletivo, com a participação de profissionais para esclarecer sobre as doenças que podem acometer os profissionais da educação. No dia 8 de maio passado aconteceu uma reunião do coletivo de saúde com o gerente-geral dos SAMOS quando foi discutido o péssimo atendimento nesses locais.

Ficou definido que o gerente tomará todas as providências para solucionar o mau atendimento prestado aos profissionais da educação que diariamente necessitam do SAMO.

Portanto professores, qualquer atendimento desrespeitoso deve ser imediatamente denunciado ao Sinpro para as devidas providências.

Aos professores interessados em participar desse coletivo, informamos que as reuniões acontecerão sempre no último sábado de cada mês. No próximo dia **31 de maio** debateremos o tema saúde do professor para formular propostas para **VI Congresso de Educação**.

quidão recorrente, impediam a professora de Português de exercer sua atividade. Diagnóstico: sulco nas cordas vocais. Ela arrisca um palpite: será que foi a jornada ampliada? Antes havia mais tempo de descanso entre uma aula e outra.

Tudo poderia ser tão diferente se a Secretaria de Educação tivesse um programa de prevenção às doenças do trabalho...

Infelizmente, esses não são dois casos isolados. Entre os professores da rede pública de ensino do DF têm aumentado vertiginosamente os casos de doenças geradas pela má-gestão administrativa e pedagógica da Secretaria. Isto está comprovado por pesquisas realizadas pelo Sinpro e CNTE que afirmam que o ensino no DF é o 14º em qualidade no país. Dado reforçado na realidade de nossas escolas, com professores readaptados, licenciados ou aposentados por invalidez.

**Reunião do Coletivo de Saúde - Dia: 31/05/03 - Local: Auditório da sede do Sinpro - SCS - Horário: 14h30**

## Projeto cria programa de Saúde Vocal do Professor

O deputado Chico Floresta (PT-DF), preocupado com as questões relacionadas com a classe dos trabalhadores – e em especial com os professores do Distrito Federal –, elaborou um projeto de lei que dispõe sobre a criação, no âmbito do distrito Federal, do Programa de Saúde Vocal do Professor da Rede Pública de ensino.

A boa notícia fica por conta do acatamento pela Câmara Legislativa do projeto de lei do deputado petista. Leia abaixo a íntegra do decreto.

### “A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

**Art. 1º** - Fica criado, no âmbito do Distrito Federal, o Programa de Saúde Vocal, objetivando a prevenção de disfonias em professores da rede pública de ensino.

**Art. 2º** - O Programa de Saúde Vocal deverá abranger assistência preventiva, na rede pública de saúde, com a realização de, no mínimo, um curso teórico-prático anual, objetivando orientar os professores sobre o uso adequado da voz profissionalmente, além de um curso de treinamento inicial, que deverá ocorrer por ocasião da admissão do funcionário.

**Art. 3º** - Caberá às Secretarias de Saúde e de Educação a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa de Saúde Vocal, ficando a coordenação a cargo de profissional de fonoaudiologia.

**Art. 4º** O Programa de Saúde Vocal terá caráter fundamentalmente preventivo, mas, uma vez detectada alguma disфония, será garantido ao professor o pleno acesso a tratamento fonoaudiológico e médico.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por

conta de dotações orçamentárias próprias.

## JUSTIFICAÇÃO

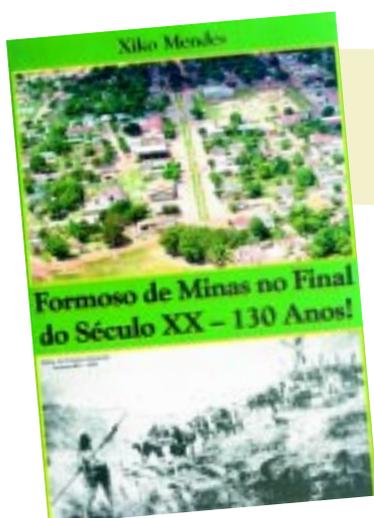
A incidência de disfonias (alterações de voz) entre os professores da rede pública de ensino é uma consequência bastante comum do uso permanente da voz, levando à necessidade de tratamento fonoaudiológico e médico.

As disfonias mais graves obrigam o profissional a solicitar readaptação para outro setor, afastando-o de sua área de formação acadêmica, além de exigir do Poder Público a contratação de outro profissional, igualmente capacitado, para substituí-lo, acarretando despesas para os cofres públicos.

Os cursos de Magistério e Pedagogia, em geral, não oferecem ao professor subsídios sobre o uso adequado da voz, de maneira preventiva, apesar de a mesma ser imprescindível para o seu desempenho profissional.

Entendemos que a aprovação deste projeto de lei trará solução sobre uma lacuna no atendimento ao professor e contribuirá para a almejada meta da qualidade do ensino, trazendo benefícios inestimáveis para toda a sociedade.”

## CULTURA



## Formoso de Minas no final do Século XX – 130 anos!

De autoria do professor Xiko Mendes, a obra, que leva o expressivo título acima, é um verdadeiro passeio histórico por um dos mais belos, e desconhecidos rincões de nossa pátria.

Com percuciência e conhecimento de causa, o autor visita os vários aspectos característicos do Distrito de Formoso, dentro do Município de Paracatu (MG), dando à sua obra as feições de um documentário histórico-fotobiográfico alusivo à criação, em 5 de outubro de 1870, daquele distrito e sua elevação à categoria de Município, em 1962.

O livro, denso, torna-se prazeroso à leitura, graças à reprodução de poesias, da lavra do próprio autor, e de uma galeria com fotos de cidadãos e locais considerados pontos de maior atração turística da cidade. Contato pelos telefones 488-4099/389-1086

## Introdução Histórico-Crítica às Pedagogias Acríticas

O autor dessa obra, Geraldo Lopes de Souza, é natural de Porto Firme, na Zona da Mata mineira, professor aposentado da SEEDF, leciona em faculdades particulares e é dono de um vasto currículo, que o credencia a assinar e ensinar o tema proposto.

A temática se divide em três dimensões, com a primeira – uma metafilosofia – pretende o autor mostrar a importância e a necessidade da filosofia, ressaltando suas características e diferenças com a ideologia e com a ciência. Na segunda parte, trata das pedagogias que estão ancoradas nas filosofias essencialistas. E, na terceira parte, o tema são as pedagogias existencialistas que se apóiam nas filosofias existencialistas fenomenológicas.

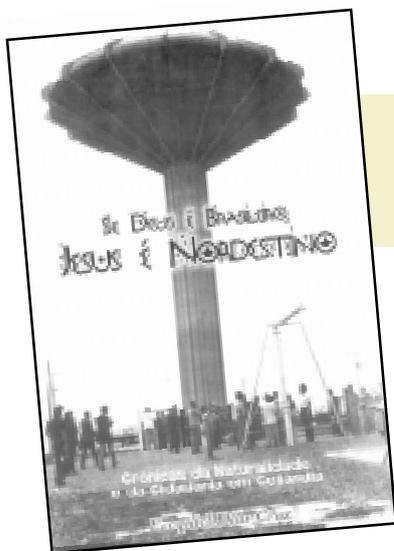
Obra de referência que merece ser visitada e revisitada.



## Se Deus é brasileiro, Jesus é Nordestino

No dia 27 de março, foi lançado o livro do professor Ezequiel Dias Cruz, que retrata temas os mais diversos, como educação, política, eleições, prostituição, desgoverno, preconceitos, violência, escassez de oportunidades para os jovens da Ceilândia e chega até a sugerir a mudança de nome de algumas comissões.

Para adquirir o livro os professores interessados devem entrar em contato com Ezequiel, pelo telefone 9652-5955 e 376-3555, ou na Escola Classe 25 da Ceilândia Sul.



## Câmara Musical

A Câmara dos Deputados, por intermédio do seu Espaço Cultural e em parceria com a Escola de Música de Brasília, está desenvolvendo o Projeto Câmara Musical, que brindará o público com canções populares, clássicas, barrocas e eruditas, numa concepção acústica.

Os grupos musicais terão as mais diversas formações instrumentais, tais como orquestras de cordas, de sopros, corais, grupos de percussão e quartetos instrumentais.

O Projeto Câmara Musical estará ocorrendo sempre às quartas-feiras ao meio dia, no hall do setor de Taquigrafia daquela Casa, no Anexo II da Câmara dos Deputados.

A iniciativa vem ao encontro da nova política de qualidade de vida e valorização dos funcionários da Câmara dos deputados. Repetindo Platão: “A música é o remédio da alma e que chega ao corpo através dela”.

Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones 318-8019 e 323-4327

## Aldemir Martins no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares

A Câmara dos Deputados estará apresentando, de 6 a 15 de maio, uma exposição das obras do cearense Aldemir Martins. A entrada é franca e a mostra fica aberta de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, térreo do edifício principal da Câmara dos Deputados.

Todas as matérias são de responsabilidade da Secretaria de Imprensa e do Conselho Editorial, exceto aquelas assinadas por seus autores.

**Sinpro-DF** - SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111, Tel.: 321-5678 Fax: 226-7743, 226-9533 (Imprensa) CEP: 70.300-500 - Brasília-DF - Subsede em Taguatinga, CNB 4, lote 3, loja 1, telefax 562-4856 e 562-2770.- Subsede no Gama - Telefax: 556-9105 - e-mail: imprensa@s inprodf.org.br - www.sinprodf.org.br

**Jornalistas** Afonso Costa, Junia Lara e Luís Augusto Mesquita -  
**Fotografia** Welber Souza - **Diagramação** Wellington Braga -  
**Impressão** PALAVRA - Com. e Serv.Editoriais - **Tiragem** 32 mil exemplares

### Diretoria Colegiada do Sinpro

Adalberto Duarte de Oliveira  
Adilson César de Araújo  
Antonio Ahmad Usuf Dames  
Antônio de Lisboa Amâncio Vale  
Carlos Antoneto de Souza Lima  
César Santos Ferreira  
Cláudia Alves Pinheiro  
Cláudia Maria do Amaral de Souza  
Denilson Bento da Costa  
Francis Franqueira Fernandes

Francisco Barbosa  
Francisco Joaquim Alves  
Isabel Portugez de Souza Felipe  
Jalma Fernandes de Queiroz  
José Antônio Gomes Coelho  
José Norberto Calixto  
José Raimundo Souza Oliveira  
Márcia Gilda Moreira  
Maria Augusta Ribeiro  
Maria Bernardete Diniz da Silva  
Maria José Correia Muniz

Nelson Moreira Sobrinho  
Robson de Paiva Salazar  
Rodrigo Pereira de Paula  
Rubens Guedes Memória  
Sebastião Honório dos Reis  
Valdenice de Oliveira  
Valesca Rodrigues Leão  
Washington Luis D. Gomes  
**Secretaria de Imprensa**  
Augusta - César Santos -  
José Antonio